



A vacinação segue bem aquém do desejado e as mortes por Covid já ultrapassam 535 mil pessoas. No Senado, a CPI segue escancarando a baixa qualidade desse governo. Não bastasse o genocídio, temos agora também a corrupção na compra de vacinas. É impensável que o presidente Bolsonaro e seu entorno ainda esteja de pé. Não é à toa que um então Senador disse que era “com o Supremo, com tudo”.

Para “se defender” Bolsonaro afirma, com a “delicadeza” que lhe é própria, que está “cagando” para a CPI e ameaça mais uma vez não realizar as eleições em 2022 se não for implantado o voto impresso. Partidos e presidentes da Câmara e Senado se posicionaram contra a fala. O Presidente do Tribunal Superior Eleitoral também se manifestou com veemência contra mais uma fala antidemocrática do presidente.

Falando da pandemia, merece destaque a aprovação no plenário da Câmara do PL 2112/2021, de autoria do senador Jean Paul Prates (PT/RN), que determina prioridade para a inclusão de lactantes como grupo prioritário para a vacinação contra a Covid-19. Agora segue a pressão para que façam o mesmo em relação às trabalhadoras domésticas.

Crescem as mobilizações contra os inúmeros e absurdos casos de violência política contra as mulheres. O mais recente foi com a vereadora Verônica Lima (PT/Niterói) que registrou boletim de ocorrência por lesbofobia e machismo contra o também parlamentar Paulo Eduardo Gomes (PSOL/Niterói). O vereador pediu desculpas e o PSOL/Niterói lançou uma Nota repudiando a atitude do seu parlamentar. A Secretaria Nacional de Mulheres do PT também lançou Nota de Solidariedade à vereadora.

Ainda nesse tema, a Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher (CMulher) da Câmara aprovou o REQ 30/2021, apresentado por Erika Kokay (PT-DF) e outras quatro deputadas, para a realização de diligências nos Estados, Municípios e no Distrito Federal para averiguar denúncias de violência política de gênero protocoladas na Procuradoria da Câmara Federal.

Teremos **audiência pública com três comissões**, articulada pela Frente Parlamentar Feminista Antirracista, para debater a **Portaria nº 13**, de 19 de abril de 2021, do Ministério da Saúde. A audiência será no dia 18 de Julho, às 14 horas. A Portaria é aquela que tornou pública a decisão de incorporar o implante subdérmico de etonogestrel, condicionada à criação de programa específico, na prevenção da gravidez não planejada para mulheres em idade fértil: em situação de rua; com HIV/AIDS em uso de dolutegravir; em uso de talidomida; privadas de liberdade; trabalhadoras do sexo; e em tratamento de tuberculose em uso de aminoglicosídeos, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

E atenção!

Na Câmara, a Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC), discute o PL 5654/2016, essa semana. O projeto pretende assegurar tratamento humanitário à mulher em trabalho de parto, bem como assistência integral à sua saúde e à do NASCITURO. **Somos contra manter o termo nascituro na proposta.**

Ainda no âmbito da saúde, os estudantes da Faculdade de Medicina na USP criaram o GEIG - Grupo de Estudos sobre a Interrupção da Gestação - com o objetivo de estruturar um grupo de alunos em interação direta com profissionais de diversas áreas para trazer informação, capacitação e conhecimento sobre o assunto. Uma bela iniciativa e o reconhecimento de que é preciso melhorar a formação sobre aborto legal. O evento de abertura debateu A Concepção do Aborto no Brasil de 2021.

RESULTADOS DA SEMANA

DE 5 A 9 DE JULHO

O Plenário da Câmara aprovou em regime de urgência o PL 2112/2021, de autoria do Senador Jean Paul Prates (PT/RN), que determina prioridade para gestantes e lactantes na vacinação contra Covid-19. A matéria aguarda a sanção presidencial. Aprovou também o REQ 558/2021 (Professora Dorinha Seabra Rezende - DEM/TO e outros), para a apreciação em regime de urgência do PRC 09/2021 que institui o Prêmio Mulheres na Ciência Amélia Império Hamburger (1932-2011), numa homenagem à física, professora, pesquisadora e divulgadora científica brasileira.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara aprovou dois projetos no campo do enfrentamento à violência contra as mulheres:

- PL 6363/2019 (Patrícia Ferraz – PL/AP), que dispõe sobre a criação de centros de atendimento integral e multidisciplinar para homens que praticam violência doméstica e familiar (matéria vai à CCJC);
- PL 4133/2020 (Kim Kataguirí – DEM/SP), que altera a Lei Maria da Penha a fim de garantir mecanismos de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica em contexto de pandemia (matéria vai à CFT);

No campo da saúde das mulheres, a CMulher aprovou os seguintes PLs:

- PL 5033/2020 (Rejane Dias – PT/PI), para destinar parte da receita arrecadada com a cobrança de multas de trânsito ao financiamento de tratamento de câncer de mama (matéria vai à CSSF);
- PL 3553/2020 (Deputado Marreca Filho (PATRIOTA-MA), que institui diretrizes para serviços de proteção e atendimento especializado a gestantes dependentes químicas a serem criados no âmbito da Proteção Especial da Assistência Social (matéria vai à CSSF).

Vale destacar a rejeição do PL 3032/2020, de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), que dispõe sobre política de proteção às mulheres em situação de vulnerabilidade; pela Rede Pública de Saúde com a utilização do Contraceptivo Reversível de Longa Duração de Etonogestrel. A matéria agora será discutida pela CSSF.

A CMulher também aprovou vários requerimentos para a realização de audiências públicas:

- apresentados pela deputada Tereza Nelma (PSDB-AL) e outros os [REQ 24/2021](#) (depoimento do presidente afastado da CBF por denúncias de assédio sexual);
- [REQ 26/2021](#) (a situação do Poder Judiciário no enfrentamento à violência contra as mulheres);
- [REQ 27/2021](#) (implementação das delegacias especializadas de atendimento à mulher vítima de violência);
- [REQ 28/2021](#) (debate o estudo “A vitimização de Mulheres no Brasil”);
- [REQ 29/2021](#) (debater a implementação da Lei no 14.149/2021, que institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco). Apresentado pela deputada Celina Leão (PP-DF) o [REQ 25/2021](#) para tratar do Atendimento às Mulheres Vítimas do Dispositivo Contraceptivo Essure, no Brasil.

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aprovou o parecer vencedor, pela aprovação, com substitutivo, do [PL 853/2019](#), de autoria da deputada Sâmia Bomfim (PSOL/SP) que acrescenta ao calendário oficial a “Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes”, a ser celebrada anualmente em 15 de agosto. A matéria vai à CCJC.

Um projeto simples como esse trouxe à tona uma reação de setores conservadores fundamentalistas que aprovaram um substitutivo que retira do texto expressões como “planejamento reprodutivo”, sob o absurdo argumento que este termo fomentaria o aborto.

PAUTA DA SEMANA

12 A 16 DE JULHO

Na Câmara a Comissão de Constituição, de Justiça e de Cidadania (CCJC), discute o [PL 5654/2016](#), de autoria da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), que altera a Lei de Execução Penal, para assegurar tratamento humanitário à mulher em trabalho de parto, bem como assistência integral à sua saúde e à do nascituro, promovida pelo poder público, e para vedar a utilização de algemas em mulheres durante o trabalho de parto. O parecer do relator Diego Garcia (PODE-PR) é pela constitucionalidade, injuridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição, sob o argumento de que já há norma disciplinando exatamente a matéria objeto da proposta.

A Comissão do Esporte (CESPO) discute o PL 3856/2019, de autoria do deputado Aliel Machado (PSB/PR), para estabelecer presença mínima de 30% de mulheres nos cargos de direção nas entidades beneficiadas por incentivos que tratam a Lei de Incentivo ao Esporte. O relator, deputado Elias Vaz (PSB/GO) deu parecer pela aprovação do PL, e da Emenda Adotada pela Comissão da CMULHER (que dá um ano para que as entidades se adaptem), na forma do substitutivo.

A Comissão de Segurança Pública e de Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) discute o PL 100/2021, de autoria do deputado Alexandre Frota (PSDB/SP), que cria a semana nacional de combate da importunação sexual. O relator, deputado Paulo Ganime (NOVO/RJ) deu parecer pela rejeição, questionando a proliferação de propostas criando “semanas” e argumentando que já existem diferentes iniciativas de combate a importunação sexual.

A Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) colocou em pauta:

PL 7004/2017, de autoria do deputado Weliton Prado (PMB/MG) e outro, assegura unidades móveis de saúde para a realização de exame mamográfico. A relatora, deputada Tereza Nelma (PSDB/AL), deu parecer pela aprovação, com emenda de redação.

PL 1655/2019, de autoria da senadora Marta Suplicy (MDB/SP), dispõe sobre o dever de o agressor indenizar a Previdência Social pelos valores pagos a título de benefícios previdenciários concedidos em decorrência de atos de violência doméstica e familiar. O relator, deputado Luiz Lima (PSL/RJ) deu parecer pela aprovação, com substitutivo.

PL 654/2001, de autoria do deputado Ricardo Izar (PV/SP), dispõe sobre a obrigatoriedade do exame de prevenção do câncer ginecológico para as funcionárias públicas federais. A relatora, deputada Soraya Manato (PSL/ES) deu parecer pela aprovação.

PL 1145/2011, de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT), altera a Consolidação das Leis do Trabalho, para dispor sobre a licença maternidade das mulheres que trabalham em equipagens das embarcações de marinha mercante, de navegação fluvial e lacustre, de tráfego nos portos e de pesca. A relatora, deputada Jandira Feghali (PCdoB/RJ) deu parecer pela aprovação deste, e da Emenda Adotada pela CMULHER, com substitutivo.

PL 10025/2018, de autoria do senador Elmano Férrer (PTB/PI), para dispor sobre a notificação compulsória em caso de ato violento contra a mulher atendida em serviço de saúde público ou privado. A relatora, deputada Carla Dickson (PROS/RN) deu parecer pela aprovação deste, com emenda, e pela rejeição do PL 8488/2017, do PL 8003/2017, e do PL 121/2019, apensados.

No Senado, o Plenário discute o PL 5613/2020, de autoria da deputada Rosângela Gomes (Republicanos/RJ), que estabelece normas para prevenir, sancionar e combater a violência política contra a mulher, alterando o Código Eleitoral e a Lei Eleitoral. A proposta está pendente de parecer. A relatora é a senadora Daniella Ribeiro (PP/PB).

NOVAS PROPOSTAS APRESENTADAS

NO CONGRESSO NACIONAL

Proteção das meninas de eventual crime de estupro de vulnerável

PL 2464/2021, de autoria da deputada Rejane Dias (PT/PI), torna obrigatória a notificação da existência de gravidez por aluna menor de 14 (quatorze) anos de idade, pelas instituições de ensino públicas e privadas.

Segue a obsessão do PSL contra o aborto

PL 2451/2021, de autoria do deputado Loester Trutis (PSL/MS), acrescenta dispositivo ao Código Penal, para prever como crime, quem, de qualquer modo, criar, produzir, divulgar, incitar, reproduzir, distribuir ou financiar por meio digital, rádio e televisão, ou em materiais impressos, mesmo que de forma gratuita, campanhas de incentivo ao aborto.

Criminalização da população LGBTQI+

PL 2434/2021, de autoria do deputado Guilherme Derrite (PP/SP), dispõe sobre a proibição de publicidade, por qualquer veículo de comunicação, que se refira a orientação sexual ou movimentos de diversidade sexual, que contem com a participação de crianças e adolescentes, ou sejam a elas direcionadas.

Mais uma proposta para o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, mais um Selo e mais uma campanha, qual a efetividade?

PL 2437/2021, de autoria da deputada Caroline de Toni (PSL/SC), inscreve os nomes de Imperatriz Maria Leopoldina e de Princesa Isabel no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. PL 2478/2021 e PL 2457/2021, de autoria da deputada Maria Rosas (REPUBLIC/SP), dispõe sobre a criação do Selo Empresa Amiga da Mulher. PL 2476/2021, de autoria do deputado Professor Joziel (PSL/RJ), altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para determinar a emissão de faturas de energia elétrica na cor laranja no decorrer do mês de maio de cada ano, com o objetivo de lembrar que esse é o mês de conscientização contra a exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes.

Um prêmio para quem se destacar na promoção proteção dos direitos humanos da população LGBTQIA+ no Brasil é o que propõe o PRC 50/2021, de autoria da deputada Erika Kokay (PT/DF), que institui o Prêmio Nacional João Antônio de Sousa Mascarenhas (1927-1998), um pioneiro do ativismo nesse campo, fundador do grupo Triângulo Rosa.

Matéria vencida!

O deputado Léo Moraes (PODE/RO) apresentou o PL 2443/2021, para incluir nos grupos de prioridade do calendário do Programa Nacional de Imunização - PNI, as gestantes, puérperas e lactantes. Proposta nesse sentido acabou de ser aprovada no Plenário da Câmara e aguarda sanção presidencial.

VALE A PENA CONFERIR!



Outras Palavras

Coluna Baderna Feminista:
Por um Memorial às Vítimas
da Necropolítica



Campanha Nem presa nem morta

Boletim Futuro do Cuidado nº
5 – Justiça Reprodutiva em
Tempos de Pandemia



Radare elaborado pela equipe do Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA, a partir das informações fornecidas pela Contatos Assessoria Política e dos sites da Câmara e do Senado.